

## Da validade da busca de “inclusão” numa lógica excludente

Estela Martini Willeman<sup>1</sup>

### RESUMO:

Este artigo trata da problemática da pobreza, seus variados nomes e classificações no meio técnico e acadêmico e os tratamentos que as instituições civis e o Estado brasileiro têm dado à mesma no bojo das relações capitalistas contemporâneas.

Palavras-chave: 1. Pobreza 2. Exclusão social 3. Democracia 4. Cidadania 5. Inclusão 6. Capitalismo

The validity of the search for inclusion in an excludent logic.

### Abstract:

This article deals with the set of problems of poverty, its diversity of names and classifications in the technical and academic area and the treatment which civil institutions and the Brazilian state has given in the essence of contemporary capitalist relations.

Key Words: Poverty, Social Exclusion, Democracy, Citizenship, Inclusion, Capitalism.

Especialmente no Serviço Social, muito já se ouviu e discutiu sobre as temáticas relacionadas à pobreza e à ausência total ou parcial de participação do indivíduo nas esferas componentes do Estado de direito, ou seja, aquelas que abrangem os principais núcleos dos aspectos que compõem o que faria de um simples indivíduo um cidadão de fato e de direito numa sociedade democrática: todos os tipos de direitos, mas especialmente, os direitos políticos, os civis e os direitos humanos. Faz-se importante notar que aqui abordamos uma perspectiva que define cidadão não daquela forma genérica onde tem este título todo e qualquer indivíduo que nasce e é registrado como parte do total do contingente de uma

---

<sup>1</sup> Assistente Social pela UFRJ e mestranda em Serviço Social na PUC- Rio. Faz dissertação sobre formação de identidades e territórios negros.

determinada nação. Entendemos como cidadão aquele indivíduo que goza efetivamente de direitos e deveres constantes nos códigos legais vigentes em uma determinada territorialidade.

Diversos autores que estudam a pobreza se debruçaram sobre esta temática e cada um enfoca um aspecto interno da questão, dando à situação nomes e sobrenomes dos mais diferenciados numa perspectiva - ao que parece - endogenista, da questão.

Como diria Pedro Demo (2003), levados pelo que ele chama de “charme da pobreza”, muitos pesquisadores, técnicos e políticos faturam à sombra dos órgãos de fomento e “entretêm” profissionais da área social, que, caso fossem focados por estes tipos de estudos, possivelmente não seriam considerados menos pobres do que a população alvo estigmatizada (“o pobre”, “o marginalizado”, “o outro” - sempre) e também seriam destinatários dos clássicos “encaminhamentos”, “subsídios” e “orientações” – para utilizar termos bastante empregados pelo Serviço Social que trabalha na ponta junto às populações usuárias de seus serviços.

Temos, em relação aos indivíduos, denominações que já foram “desgastadas de sentido pelo uso excessivo” e que se tornaram mais gerais como “os pobres”, “os excluídos”, “os marginalizados”; e outras que se encontram ainda sob os auspícios do cânone acadêmico como “os desfilados” e “os sobrantes” (Castels, 1996), o “exército industrial de reserva” (Marx, 1985), “os desqualificados sociais”, “os fragilizados” e “os assistidos” (Paugan, 1999), dentre muitas outras.

As tipologias são as mais diversas possíveis e concernentes a elas são as situações também diversas e mais ou menos parecidas, como a genérica “situação de pobreza”, “a

pobreza da pobreza” (Demo, 2003), “a vulnerabilidade social” (Castels, 1996 e outros), “a desqualificação social” (Paugan, 1999 e outros), “a nova pobreza” (Paugan, 2003), etc...

Tendo isto posto, vemos que, no Brasil, o que se tem como propostas finais de soluções para a vulnerabilidade social, a pobreza, a exclusão (ou seja lá qual for a categoria utilizada para nomear a situação a qual está exposta a maior parte da sociedade brasileira), são propostas que, **em geral**, vêm reivindicar uma reinserção destes indivíduos basicamente no eixo do **processo produtivo** que, diga-se de passagem, é consubstancial ao sistema capitalista em voga nos países periféricos, como o Brasil. Trata-se de um sistema baseado na idéia de **concessão** daquilo que se tem um consenso contemporaneamente sobre o nome: **os mínimos sociais**.

Eis, então, o cerne da questão: foco. Um grande problema, a nosso ver, a ser combatido na atual conjuntura política, econômica e mesmo cultural, não são os reflexos ou os resultados desta sociedade capitalista.

O que ocorre é que este sistema, diferentemente do que Marx prevera, se re-atualiza diariamente em todos os sentidos possíveis e necessários para sobreviver a ele mesmo.

O caos produzido pela prédica inerente a este sistema e que aniquilaria definitivamente suas bases não aconteceu. Ao contrário de sua previsão, a máquina de produzir gorilas amestrados de Henri Ford (com o perdão do anacronismo) somente cresce em forma, conteúdo e abrangência invadindo o comércio, a economia em geral, a cultura, a educação e, assim, as bases determinantes do *modus vivendi* de todo o indivíduo que se permite tragar por suas mistificações cada vez mais pungentes.

Percebemos que, se por um lado atualmente no Brasil as pessoas têm mais acesso à educação formal, por outro, esta escola tem sérias dificuldades em se qualificar para a diversidade existente desde a formação de nossa nação.

Têm-se percebido que a escola pública e privada brasileira é ineficiente e mesmo desinteressada na maioria dos casos para receber adequadamente o geral da população, que é diversificada através de suas bases individuais e coletivas a partir de sua de condição sócio-econômica, origem demográfica, origem étnica, religiosa, cultural, etc. Um claro exemplo disto está no quadro atual de apatia na aplicação da lei federal 10.639 que obrigaria todas as escolas públicas e privadas ao ensino de história e cultura africanas em seus currículos básicos.

A **falta de acesso** às informações como sua base étnica, histórica, cultural, filosófica, que entendemos como bases do que o “ser no mundo” aliada às **mistificações** produzidas fartamente pela mídia norte-americana e fielmente copiadas pela nacional, tem-se indivíduos que consideram que “*Morando no Galo* [morro do Cantagalo – Ipanema – Rio de Janeiro], onde os prédios de ‘gente fina’ são observados de cima, quase podem ser alcançados com a mão, pode-se sonhar como a classe média.” P.164. (Sansone,2002).

O quadro atual que temos de uma parte do Brasil tem sido o de uma nação onde a classe média, aquela que luta diariamente para ser considerada emergente e vive com medo de sua “poupança” para casa própria ser confiscada novamente, comprou o sonho americano do *american way of life* e se orgulha quando vê semelhanças de seu cotidiano com o do *workaholic* do filme da seção da tarde.

Os meninos das favelas se orgulham de suas bermudas largas e de jogar basquete pelas vielas sujas de seu “gueto” brasileiro; mesmo não sabendo bem ou nada do que o

cantor de *rap* diz, mesmo que o tênis apropriado para o basquete tenha custado o valor da cesta básica que não haverá na geladeira mais tarde.

Simplesmente inserir (ou “re-inserir”) este indivíduo na escala do processo produtivo que está condicionado intimamente à lógica de um sistema que não pensa o indivíduo como um ser dotado de potencialidades, de identidade cultural, de vontade, e de individualidade não resolveria o problema, especialmente em se tratando do negro afro-brasileiro, que sofre o racismo e as ações deste continuamente através de pessoas individuais, personalidades coletivas privadas e estatais, ou mesmo o próprio Estado.

No caso específico deste segmento étnico-racial e também de muitas outras minorias em termos de representação política, o Estado parece não percebê-lo sequer como **indivíduo** se levarmos em consideração este não ser beneficiado em suas apreciações e formulações de leis “universais” e menos ainda enquanto representação grupal.

Evidentemente, não se pode deixar de admitir a existência de um movimento dos últimos anos no Brasil e em alguns lugares do mundo, fruto das lutas dos movimentos sociais visando à modificação desta macro-situação, entretanto, não é preciso muita observação para notar que sua contribuição tem sido, em muitos casos incipiente no sentido de promover a eliminação da origem da situação atual: a estrutura que é determinante da mesma.

Estando um segmento étnico-racial relegado a uma posição de invisibilidade principalmente em face do Estado, simplesmente “dar” qualificação de mão-de-obra, habitação, alimentação e algumas das posições ou vagas no processo produtivo não é o bastante e nem sequer um pouco do que é necessário para se ter o que os alicerces universalistas ditam como base de uma “sociedade para todos”.

Isto é explícito uma vez que, ainda que a habitação, a alimentação e a vaga no mercado de trabalho sejam satisfatórias em si - ou seja, nos aspectos estritamente econômicos - não seria o suficiente para que este indivíduo se considerasse representado nos processos decisórios do âmbito político - que são os que na verdade regulam todos os demais eixos da vida humana numa sociedade dita democrática.

Neste sentido, resolver **uma** questão social unicamente considerando aspectos econômicos, tal como ela é vista pela maior parte dos **estudos sobre a pobreza**, não eliminaria o que determina a real condição de exclusão que é mais abrangente que simplesmente considerações pertinentes à economia e aos processos produtivos.

Querer “inserir” simplesmente este indivíduo na sociedade vigente através de programas de renda mínima, projetos de qualificação “para o mercado”, seria concordar tacitamente com a lógica que, a cada momento, faz com que estes mesmos projetos e programas não signifiquem quase nada no sentido de promover mudanças estruturais na vida destas pessoas.

Sobre este aspecto, o que há de mais perverso na lógica que norteia grande parte destes projetos assistenciais é o objetivo de fornecer “mínimos sociais” para que esta massa de miseráveis invisíveis não deseje, através de expressões de revolta, se tornar visível por meio da violência.

Na fala do coordenador do observatório de favelas Prof. Dr. Jaílson de Souza e Silva<sup>2</sup>, este aspecto fica bastante compreensível quando ele diz que

*“... a criança da favela quando passa a ter acesso a música, dança, informática – através de “projetos culturais” – apenas tem acesso a estes bens como forma de prevenção da*

---

<sup>2</sup> Trecho extraído de sua fala durante o debate “Direito a cultura” ocorrido no dia 20 de Julho de 2006 na Fundação Cultural Telemar.

*violência (e, principalmente contra o outro sujeito que tem direito a estes bens naturalmente).”*

Para ele, nesta lógica de consumo que temos no Brasil, o indivíduo é hierarquizado através daquilo que ele consome e seu valor não é intrínseco à sua própria existência conforme determina a CF-88. O investimento em cultura e o acesso da periferia a ela está condicionado a uma lógica de prevenção ao crime e à violência e não como um direito de todos e cada um dos indivíduos de uma mesma sociedade que se declara universalista.

Todo o acesso a condições que proporcionem uma estrutura de vida digna são concedidos ou permitidos pelos grupos hegemônicos apenas em caráter de exceção. Qualquer expressão de mudança na estrutura hierárquica vigente é vista como alvo a ser fortemente combatido, vide as constantes polêmicas geradas pelo processo de adesão das universidades públicas às cotas para negros e carentes.

Nos atuais “tempos hipermodernos” (Lipovetsky, 2004) a secessão dos bem-sucedidos é, antes e acima de tudo, uma fuga da comunidade. Em época de “hiper consumismo”, “hiper hedonismo”, e diversos outros “hiper”, não há espaço para compromissos duradouros e o comunitarismo figura como a filosofia dos fracos.

A sociedade liberal contemporânea precisa do individualismo para sobreviver. O princípio da “comunidade” desestabiliza as bases modernas e relativiza sua eficácia na obtenção da satisfação e felicidade humanas. A sociedade aberta a todos os que têm “igualdade de oportunidades” vê aqueles que não conseguem fazer o “sucesso” esperado pela “lógica do mérito” como os objetos de “*caridade das partes dos que estão dispostos dirigida aos que têm necessidades*”. (Bauman, 2003. p.57)

Nesta lógica, a negação do princípio de comunidade e constituição de movimentos, dão uma esperança ilusória de redistribuição. Os “novíssimos movimentos” sociais representam apenas uma gota d’água que é incapaz de saciar a sede do povo, mas o mínimo suficiente pra apagar o pavio de dinamite que sua organização representaria.

Quando Gilberto Hockman (1993) fala da percepção das redes sociais onde não há como qualquer classe privilegiada fugir do que ele chama de “interdependência social” também quando diz que a solução inteligente para a violência seria uma equalização no acesso aos bens de consumo e culturais, parece que ele não previa que nosso povo se acalmaria tendo apenas o mínimo em função de simplesmente não saber **a que e a quanto** não tem acesso. Vemos, então, nitidamente a chamada “pobreza da pobreza” a que alude Pedro Demo (2003) em sua obra de mesmo título.

Projetos de “geração de renda”, “projetos culturais” que “carnavalizam” a cultura popular, projetos de “inclusão” ou semelhantes que não promovam uma consciência autônoma, e portanto, liberdade, não passam de pão e circo para uma população que se encontra num quase limite da humanidade.

Sendo assim, o direcionamento de ações que pretendam de fato superar questão social deve ter em vista a promoção primeira da liberdade, uma liberdade pensada enquanto consciência, liberdade de escolha e capacidade de pensar. Não a liberdade da fictícia abolição da escravatura brasileira que simplesmente se livrou de uma incômoda e já desnecessária responsabilidade em relação àquele povo, mas uma liberdade construída através da verdade de todos e cada um num projeto societário verdadeiramente democrático.

Corroborando este pensamento, finalizamos concluindo como o professor Jaílson já dissera acertadamente e com exatidão, que “*apenas será possível pensar em direito à cultura quando for possível pensar qual a cultura que gerará igualdade e liberdade para todos*”. E certamente ainda não é a que temos.

## Bibliografia

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade- a busca por segurança no mundo atual**. Tradução: Plínio Dentzien. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2003.

CASTELS, Robert. **As transformações da questão social**. Palestra proferida por ocasião do Seminário Internacional “A questão social no contexto da globalização”, realizado na PUC- SP no período de 17 a 17 de outubro de 1996.

DEMO, Pedro. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

HOCHMAN, Gilberto. **Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910 – 1930)**. In: *Revista Estudos Históricos*. Vol. 6, nº 11, Janeiro – junho de 1993.

LIPOVETSKY, Gilles. **Tempos Hipermodernos**. Tradução: Mário Vilela. Barcarola, SP, 2004.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. São Paulo. Nova Cultural, 1985.

PAUGAN, Serge. **Fragilização e ruptura dos vínculos sociais: Uma dimensão essencial do processo de desqualificação social.** *In: Serviço Social & sociedade: Crise e proteção social.* Ano XX. Número 60. Julho de 1999.

\_\_\_\_\_. **Desqualificação social – ensaio sobre a nova pobreza.** Cortez, São Paulo, 2003, Educ.

SANSONE, Lívio. **Não-trabalho, consumo e identidade negra: uma comparação entre Rio e Salvador.** *In: MAGGIE, Y e REZENDE, C. Raça como retórica – a construção da diferença.* Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002.